



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/494//2018  
Data: 01/02/2018 – Fls.: 26

**ASSUNTO: : SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, PRODUTO CLASSIFICADO NA NCM/SH 8302.10.00, QUANDO DESTINADO À APLICAÇÃO NO MERCADO MOVELEIRO.**

**CONSULTA Nº 020/2018**

Trata-se de consulta tributária sobre interpretação da legislação tributária quanto ao enquadramento de mercadorias que comercializa, no regime de substituição tributária (ST).

A empresa, **estabelecida no Estado Do Rio Grande do Sul**, tem como atividade principal o comércio atacadista de ferragens e ferramentas – CNAE 46.72-9-00. Dentre outros produtos a consulente comercializa *dobradiça* para móveis, enquadradas na NCM 8302.10.00 para contribuintes que atuam, exclusivamente, no ramo moveleiro, ou seja, inexiste o fornecimento para contribuintes que atuam no ramo da construção civil.

A consulente alega que, em razão do Estado do Rio de Janeiro ser signatário dos Protocolos ICMS 196/2009 e 85/2011, os materiais de construção, acabamento, bricolagem e adorno foram incluídos no regime de substituição tributária, conforme item 30 de anexo I do Livro II do RICMS-RJ/00, aprovado pelo Decreto 27.427/00. A mercadoria classificada com o NCM 8302.10.00 está incluída no subitem 7.26 do referido anexo.

O processo encontra-se instruído com cópia de documento, às fls. 12, que comprovam o pagamento da TSE e documentos, às fls. 07/17, que comprovam a habilitação do signatário da petição inicial.

Consta ainda, parecer fiscal, da AFE 06, às fls. 19, informando o que segue:

*“Consultando o Sistema PLAFIS, constata-se que a consulente não se encontrava sob ação fiscal à época da protocolização da presente consulta.*

*Outrossim, não foram encontrados autos de infração pendentes de julgamento relacionados à matéria sob consulta no nome da consulente.”*

**ISTO POSTO, CONSULTA:**

*“A consulente, ao realizar operações com a mercadoria, tem dúvidas quanto à submissão da mesma ao regime de substituição tributária, uma vez que os produtos são destinados exclusivamente para o setor moveleiro, não relacionado com a construção civil. [...]”*



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento**  
**Superintendência de Tributação**  
**Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/494//2018  
Data: 01/02/2018 – Fls.: 26

- a) *Os produtos classificados no código NCM 8302.10.00, quando destinados à comercialização para contribuintes sediados no Rio de Janeiro, estão sujeitos à substituição tributária, nos termos da legislação estadual supracitada?*
- b) *Quando as saídas forem destinadas a utilização em móveis (destinatários moveleiros), as mesmas (as saídas) também estarão sujeitas ao regime de substituição tributária do ICMS?*
- c) *Tal regime (substituição tributária), quando os produtos classificados no código NM 8302.10.00 (e que não se ativam na construção civil) deve haver o recolhimento antecipado do valor do IMS para o estado do Rio de Janeiro, ante o que dispõe o protocolo 85, de 30/06/2011.*

**ANÁLISE E RESPOSTA:**

Preliminarmente, cumpre ressaltar que, conforme disposto no artigo 84 da Resolução SEFAZ 89/17, a competência da Superintendência de Tributação, bem como da Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias abrange instruir e decidir processo referente à consulta sobre questão decorrente de interpretação da legislação tributária.

Ainda de forma preliminar, ressaltamos que é de responsabilidade do contribuinte indicar a correta classificação do produto na NCM/SH, e em caso de dúvida este deve se dirigir ao órgão consultivo da Receita Federal. Eventuais erros nessa classificação não dispensam a aplicação do regime de substituição tributária, se o produto estiver a ela submetido.

As mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária no Estado do Rio de Janeiro se encontram no Anexo I do Livro II do Decreto 27.427/2000 (RICMSRJ/00), aprovado pelo Decreto 27.427/00, com a descrição do produto e a respectiva MVA. Para a verificação quanto à sujeição ao regime de ST o contribuinte deve considerar, simultaneamente, a NCM/SH e a descrição da mercadoria.

É importante esclarecer que o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, alterado pelos Convênios ICMS 139/15, 146/15 e 16/16, tem como principais objetivos:

- a) definir quais mercadorias poderão ser incluídas pelos Estados e pelo Distrito Federal nos regimes de substituição tributária e de antecipação do recolhimento do imposto com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes. Portanto, a lista não é impositiva e sim autorizativa para essas unidades federadas;
- b) padronizar as descrições e codificações das mercadorias sujeitas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do recolhimento do imposto com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes;



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento**  
**Superintendência de Tributação**  
**Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/494//2018  
Data: 01/02/2018 – Fls.: 26

- c) permitir a correta identificação de mercadorias que, embora sejam distintas, são classificadas em um mesmo código NCM/SH;
- d) atribuir o Código Especificador da Substituição Tributária - CEST, permitindo a correta identificação da mercadoria passível de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação do recolhimento do imposto com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes e, consequentemente, do tratamento tributário ao qual ela é submetida;

Isto posto, passamos a analisar os questionamentos da consulente.

O subitem 7.26 do Anexo I do Livro II do RICMSRJ/00, aprovado pelo Decreto 27.427/00, com fundamento nos Protocolos ICMS 41/08 e 97/10 – PEÇAS, PARTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, está descrito como segue:

<b>Subitem</b>	<b>NCM/SH</b>	<b>CEST</b>	<b>Descrição</b>
7.26	8302.10.00 8302.30.00	01.026.00	Dobradiças, guarnições, ferragens e artigos semelhantes de metais comuns.

De maneira análoga, o subitem 24.74 do mesmo anexo, com fundamento nos Protocolos ICMS 196/09, 26/10 e 32/14 – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONGÊNERES, está descrito como segue:

<b>Subitem</b>	<b>NCM/SH</b>	<b>CEST</b>	<b>Descrição</b>
24.74	8302.10.00	10.076.00	Dobradiças de metais comuns, de qualquer tipo

Desta forma, em resposta aos questionamentos *a) e b)* da consulente, consideramos que para o produto com NCM/SH 8302.10.00 podem ocorrer duas situações:

- (i) Caso a mercadoria possa ter **qualquer aplicação** como material de construção e congêneres (Protocolos ICMS 196/09, 26/10 e 32/14) ou como peças, partes e



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/494//2018  
Data: 01/02/2018 – Fls.: 26

acessórios para veículos automotores (Protocolos ICMS 41/08 e 97/10), **ela estará sujeita ao regime de substituição tributária, no Estado do Rio de Janeiro;**

- (ii) No entanto, se o produto tiver aplicação **exclusiva para outro setor (tal como o moveleiro)**, diferente do descrito em (i), o referido produto **não estará sujeito ao regime de substituição tributária, no Estado do Rio de Janeiro.**

Quanto ao questionado em *c*), esclarecemos que as disposições do Protocolo ICMS 85/11 não foram incorporadas à legislação fluminense, reafirmando, contudo, que as operações com "materiais de construção e congêneres" (incluindo a mercadoria classificada na NCM/SN 8302.10.00) estão sujeitas ao regime de substituição tributária conforme item 24 do Anexo I do Livro II do Decreto 27.427/00 (RICMS-RJ), com fundamento nos Protocolos ICMS196/09, 26/10 e 32/14.

Adicionalmente, cumpre destacar que o inciso III do artigo 38 do Livro II do RICMS-RJ/00 determina:

**Livro II do RICMS-RJ/00:**

*“Art. 38. O regime de substituição tributária não se aplica:*

*(...)*

*III - à operação que destinar mercadoria para utilização em processo de industrialização.”*

**Desta forma, o regime de substituição tributária não se aplica à operação que destinar mercadoria para utilização em processo de industrialização (tal como para utilização na indústria moveleira).**

Informamos, ainda, que a orientação normativa dada em processo de consulta emanada da Superintendência de Tributação, no exercício da competência atribuída pelo inciso I do artigo 84 da Resolução SEFAZ n.º 89/17, é extensiva a todos os estabelecimentos do contribuinte em idêntica situação. Porém, os efeitos da consulta previstos nos artigos 162 e 163 do regulamento do Processo Administrativo-Tributário (Decreto n.º 2473/79), somente se aplicam ao estabelecimento que formalizou a consulta.

Por fim, fique a consulente ciente de que esta consulta perderá automaticamente a sua eficácia normativa em caso de entendimento por parte da Administração Tributária ou seja editada



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/494//2018  
Data: 01/02/2018 – Fls.: 26

norma superveniente dispondo de forma contrária.

**CCJT, em 20 de fevereiro de 2018.**